



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeita

LEI MUNICIPAL Nº 338/2000

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM INTERVENIÊNCIA DO IPE (INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ALDORI DE LIMA, Prefeito Municipal de Sagrada Família - RS, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas, pelo artigo 27, item I e III da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, com interveniência do IPE, sendo que as despesas do presente convênio correrão à conta de dotações próprias do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º - O presente convênio visa a prestação de serviços, pelo Estado do Rio Grande do Sul, através do Instituto, de assistência médico-hospitalar e laboratorial, com a cobertura de despesas médicas, internações hospitalares e exames laboratoriais.

Artigo 3º - O convênio abrangerá os servidores municipais ativos, inativos, estatutários ou celetista, contratados, pensionistas municipais, Prefeito e Vice-Prefeito da Prefeitura Municipal de Sagrada Família.

Artigo 4º - O percentual que o Poder Executivo Municipal repassará ao IPE será de 13,20% (treze virgula vinte por cento).

I - O total do percentual de 13,20 (treze virgula vinte por cento) será do produto da arrecadação das contribuições dos servidores, de caráter compulsório, na razão de 6,0% (seis por cento). E, o produto da arrecadação das contribuições do Município na ordem de 7,20% (sete virgula vinte por cento), da remuneração total do segurado, conforme normas do instituto.

II - O recolhimento do percentual previsto neste artigo, aos vencimentos dos segurados por este convênio, será mediante dedução da cota de retorno do imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Município, junto ao BANRISUL.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA - RS, aos 14 dias do mês de Julho de 2000.


JOSÉ ALDORI DE LIMA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


VILMAR MARTINELLI
Sec. Mun. da Administração